

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

PROCESSO Nº 149/2026
LICITAÇÃO PARA AMPLA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS

1. PREÂMBULO

1.1 - O Município de Mariópolis, Estado do Paraná, ***UASG Nº 987693***, através do seu Prefeito, ***Mario Eduardo Lopes Paulek***, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, ***destinado à participação de empresas de qualquer porte ampla participação***, objetivando a contratação abaixo especificada, conforme solicitação feita pelo Departamento de Agricultura e Meio Ambiente, por meio do Processo nº 149/2026, nas condições fixadas, sendo a licitação processada pelo critério de julgamento de ***“MENOR PREÇO POR ITEM”***, em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal nº 147, de 14 agosto de 2014, no Decreto Municipal nº 110/2023 e demais legislações pertinentes.

1.2. - **ÀS 08h00 (OITO) HORAS DO DIA 25 DE MARÇO DE 2026**, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, acessado exclusivamente por meio eletrônico - <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.3 - Para todas as referências de tempo será observado o horário oficial de Brasília - DF.

1.4 - Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Município de Mariópolis, denominado Pregoeiro, designado pela Administração Municipal através da Portaria nº 29/2026.

1.5 - O inteiro teor do Edital e seus anexos poderão ser retirados gratuitamente (em mídia digital) junto a Divisão de Licitações, na Prefeitura Municipal de Mariópolis, no horário de expediente, das 08h00min às 11h30min e 13h00min às 17h00min, na Rua Seis, nº 1030, Centro, CEP 85.525-000 em Mariópolis - PR, ou pelos sites: www.mariopolis.pr.gov.br / <https://www.gov.br/compras/pt-br> / <https://www.gov.br/pncp/pt-br>. Demais informações, fones: (46) 3226-8100, e-mail: francisco.bueno@mariopolis.pr.gov.br.

2. OBJETO

2.1 - A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos (orgânicos, rejeitos e recicláveis) domiciliares, comerciais e públicos, conforme as condições e demais especificações estabelecidas neste edital e seus anexos.

2.2 - As especificações gerais e técnicas do serviço a ser contratado estão apresentadas no Estudo Técnico Preliminar - Anexo IV e Termo de Referência – Anexo III deste edital.

2.3 Havendo qualquer discordância entre a descrição e unidade de medida do CATMAT e a do Edital, prevalecerá a descrição e unidade de medida constante no Edital.

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar deste Pregão, qualquer empresa legalmente constituída com ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação desde que satisfaça as exigências do edital e estejam previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

3.2 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.2.1 - Além de ser exclusiva e formalmente responsável pelas transações efetuadas em seu nome, a licitante assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.4 - Será permitida a participação de empresas sob o regime de consórcio, obedecidas às condições dispostas no art. 15 da Lei 14.133/2021.

3.5 - Empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, ou reunidas sob a forma de consórcio, podem apresentar somente uma proposta, sob pena de rejeição de todas.

3.6 - As empresas que participarem da licitação, isoladamente ou em consórcio, deverão examinar completamente os projetos, as peças gráficas, as especificações técnicas, memoriais e todos os documentos, obtendo todas as informações necessárias sobre qualquer ponto duvidoso do objeto.

3.7 - A empresa que optar por participar em Consórcio não poderá concorrer nesta licitação como integrante de outros Consórcios ou isoladamente, seja diretamente, seja indiretamente, por empresa pertencente ao mesmo Grupo Econômico (controle societário comum).

3.8 - As empresas reunidas em consórcio deverão observar as seguintes condições:

I - Deverá ser apresentado, juntamente com os documentos de habilitação, comprovação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - O termo de compromisso deverá definir o percentual de participação de cada um dos consorciados, bem como, constar cláusula que as participantes responderão solidariamente por todos os atos praticados pelas partes, seja durante as fases da licitação ou durante a execução do Contrato, que dela eventualmente decorra.

III - Deverá ser indicada a pessoa jurídica responsável pelo consórcio, que deverá atender as condições de liderança fixadas neste edital;

- IV** - Deverá apresentar a documentação exigida, por todos os consorciados;
- V** - A qualificação econômico-financeira deverá ser comprovada na proporção da participação dos consorciados;
- VI** - Será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado para fins de qualificação técnica.
- VII** - É obrigatória a apresentação e cumprimento, por todos os integrantes do Consórcio, dos documentos e requisitos de habilitação na forma prevista neste Edital e seus anexos, sob pena de inabilitação do Consórcio.
- VIII** - No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.
- IX** - Os consorciados responderão em conjunto e isoladamente por todos os atos do CONSÓRCIO;
- X** - Não será admitida a inclusão, a substituição, a retirada, a exclusão ou, ainda, a alteração nos percentuais de participação dos membros consorciados a partir da data da entrega dos documentos até a assinatura do contrato.
- 3.9** - A empresa líder será a principal responsável junto à contratante, pelos compromissos assumidos no contrato, tanto na fase de licitação quanto na execução do contrato, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais consorciados pelos atos praticados em Consórcio;
- 3.10** - O Consórcio vencedor deverá ser formalmente constituído e registrado antes da celebração do Contrato, sendo que o registro deverá ser feito nos termos do art. 15, §3º da Lei 14.133/2021, devendo comprovar o arquivamento na Junta Comercial e a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.
- 3.11** - A inabilitação de qualquer empresa integrante do Consórcio acarretará a automática inabilitação deste.
- 3.12 - NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO:**
- I** - Aquele que não atenda às condições deste edital e seus anexos.
- II** - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.
- III** - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.
- IV** - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
- a)** O impedimento de que trata o subitem anterior será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- V** - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- VI** - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

VII - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

VIII - Agente público do órgão ou entidade licitante.

a) A vedação de que trata o subitem VIII do item 3.12 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

IX - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

X - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

XI - Os interessados que se encontrem, mesmo que indiretamente, sob falência, dissolução ou liquidação, qualquer que seja sua forma de constituição.

4. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou solicitar esclarecimentos sobre seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias antes da data abertura do Pregão.

4.2 - Incumbe ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor requisitante do processo, decidir sobre os pedidos de impugnação ou esclarecimento, que serão divulgados em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.3 - O termo de impugnação ou o pedido de esclarecimento poderá ser protocolado junto a Prefeitura Municipal de Mariópolis, na Rua Seis, nº 1030, Centro, CEP 85525-000, em Mariópolis-PR, para o Pregoeiro responsável **ou** encaminhado por meio eletrônico, via e-mail: francisco.bueno@mariopolis.pr.gov.br.

4.3.1 - *Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o Pregoeiro para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo.*

4.3.2 - O Pregoeiro não se responsabilizará por *e-mails* que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Mariópolis quanto do emissor.

4.4 - Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital a licitante ou cidadão que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização do Pregão.

4.5 - A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

4.6 - A impugnação não possui efeito suspensivo.

4.6.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

4.7 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

5. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA NO SISTEMA

5.1 - Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá após as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2 - Os licitantes encaminharão **exclusivamente pelo sistema, por meio de chave de acesso e senha**, proposta com a descrição do objeto/serviço ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio da proposta.

5.2.1 - Serão consideradas inválidas as propostas apresentadas por quaisquer outros meios.

5.3 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.4 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

I - Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

II - não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

III - Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

IV - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

5.5 - O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5.1 - No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2 - Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.5.3 - O licitante organizado em sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6 - A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 e 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.7 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.8 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.9 - Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição dos itens e considerar as condições estabelecidas no edital e seus anexos, descrevendo as **características do objeto cotado, informando marca/fabricante (se for o caso) em campo próprio do sistema e o preço ofertado.**

5.10 - Os preços e os produtos propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.11 - Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, fretes e carretos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou da prestação de serviços, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para o Município de Mariópolis.

5.12 - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.13 - Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.14 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.15 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.16 - Será permitida às licitantes, a seu critério, a realização de visita técnica ou vistoria prévia para conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, para a perfeita elaboração de sua proposta, ficando as suas expensas, sob sua responsabilidade e risco, todas as informações e verificações necessárias.

5.17 - Em caso de opção pela visita técnica, a mesma deverá ser realizada por profissional indicado pela empresa, o qual deverá estar devidamente identificado, portando documento de identificação civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria, e será acompanhado por servidor do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente designado para esse fim.

5.18 - As visitas deverão ser realizadas em um período que antecede em até 03 (três) dias úteis, da data de abertura do certame, devendo ser agendada com antecedência de no mínimo 24 (vinte e quatro) horas, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outras licitantes, através do telefone: (46) 3226-8135, ou do e-mail: ronaldobresolin@mariopolis.pr.gov.br, no horário das 08h00min às 11h30min, 13h00min às 17h00min de segunda a

sexta-feira. ***Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o servidor para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo.***

5.19 - A proponente, quando da visita ao local da prestação dos serviços, deverá obter, por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária para o preparo de sua proposta, tendo pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes a natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não utilizará para quaisquer questionamentos futuros que enseje avenças técnicas ou financeiras com a Contratante.

5.20 - A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento dos serviços, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6. ABERTURA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DOS LANCES, NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

6.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio do sistema eletrônico, na data, horário e endereço eletrônico indicado no preâmbulo deste edital.

6.2 - Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.1 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.2 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5 - Os lances deverão ser ofertados em **“MENOR PREÇO POR ITEM”**.

6.5.1 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

6.5.2 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.7 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8 - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.9 - Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, sendo vedada a identificação das licitantes antes do término da fase de lances.

6.10 - Para o envio de lances do presente processo, o modo de disputa será o modo **“ABERTO E FECHADO”**.

6.10.1 - Neste modo, a etapa de envio de lances terá duração inicial de 15 (quinze) minutos.

6.10.2 - Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

6.10.3 - Após a etapa de que trata o subitem 6.10.2, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas subsequentes com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.10.3.1 - No procedimento de que trata o subitem 6.10.3, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.10.4 - Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item 6.10.3, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo, observado o disposto no subitem 6.10.3.1.

6.10.5 - Encerrados os prazos estabelecidos, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente.

6.11 - Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

6.11.1 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.11.2 - A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.11.3 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.11.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.11.5 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.12 - Ultrapassado o desempate de que trata o item 6.11, se houver, havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no art. 109 do Decreto nº 110/2023, nesta ordem:

I- ocorrendo o empate, o beneficiário do tratamento diferenciado e favorecido melhor classificado poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos por

item em situação de empate, sob pena de preclusão, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

II- na hipótese da não contratação de beneficiário de tratamento diferenciado e favorecido com base no inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e

III- no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1.º e 2.º do art. 44 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.12.3 - Caso a regra prevista nos itens 6.12 e 6.12.1 deste artigo não solucione o empate, será realizado sorteio.

6.13 - Finalizadas as etapas de lances e eventual desempate, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, e constantes no item 03 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I - SICAF;

II - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br>);

III - Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br>); e

IV - Cadastro de restrições ao direito de contratar com a Administração Pública do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

6.14 - Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido no edital, momento em que o Pregoeiro poderá realizar negociação, encaminhando contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço (lance ou proposta), para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.15 - Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, a negociação de que trata o item 6.14, poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação.

6.16 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.17 - NÃO SERÃO ACEITOS E NEM ADJUDICADOS VALORES ACIMA DOS VALORES DE REFERÊNCIA ESTABELECIDOS NA TABELA CONSTANTE NO ITEM 2.1 DO TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE NO ANEXO III DESTE EDITAL.

6.18 - Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) Contiver vícios insanáveis;
- b) Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

7. DA CONVOCAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1 - Encerrada a etapa de julgamento, o Pregoeiro convocará o licitante detentor da melhor oferta, para que este anexe a **PROPOSTA DE PREÇOS no prazo de até 02h (duas horas) úteis**, em conformidade com o último lance ofertado ou negociado.

7.1.1 - É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante, antes de findo o prazo; ou

7.1.2 - De ofício, quando constatado que o prazo estabelecido é insuficiente para envio da proposta de preços.

7.2 - A PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA DEVERÁ SER APRESENTADA contendo, preferencialmente: Razão social ou denominação social, número do CNPJ, endereço completo, com CEP e os números de veículos de comunicação à distância (telefone, e-mail) da empresa, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou borrões, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo representante legal da empresa (se Procurador acompanhado da respectiva Procuração) e conter a descrição completa dos itens/lotos vencidos, quantidade estimada, preço ofertado, prazo de validade da proposta (dias), e conter a declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de envio das propostas, conforme modelo de proposta, ANEXO II deste edital,

7.2.1 - A empresa ou o consórcio deverá apresentar proposta contendo preço em todos os itens objeto deste processo.

7.2.2 - A validade da proposta será de no mínimo 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

7.2.3 A empresa ou consórcio considerado(a) provisoriamente vencedor(a) deverá apresentar juntamente com a proposta de preços ajustada **PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS** conforme modelo do Anexo V do edital;

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 - A empresa ou o consórcio que teve sua proposta de preços ajustada ACEITA/APROVADA, será convocada via chat pelo Pregoeiro, para no prazo de até 02 (duas) horas úteis, encaminhar os documentos de habilitação.

8.1.1 - É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante, antes de findo o prazo; ou

8.1.2 - De ofício, quando constatado que o prazo estabelecido é insuficiente para envio da proposta de preços.

8.2 - Poderão ser solicitados também, documentos de habilitação complementares, desde que necessários a confirmação daqueles exigidos em edital e já apresentados, dentro do prazo estabelecido no item anterior.

8.2.1 - Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do serviço a ser executado, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhadas por meio eletrônico, ou se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.3 - Em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail: francisco.bueno@mariopolis.pr.gov.br. Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o Pregoeiro para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo. O Pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Mariópolis quanto do emissor.

8.4 - Encerrado o prazo determinado, sem que os documentos tenham sido anexados ou a documentação esteja incompleta, o licitante terá sua proposta recusada.

8.5 - A HABILITAÇÃO DO LICITANTE SERÁ AFERIDA POR INTERMÉDIO DOS SEGUINTE DOCUMENTOS

8.5.1 - A documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA, conforme o caso consistirá em:

I - Registro comercial, no caso de empresa individual.

II - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (e a última alteração contratual), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

III - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

IV - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

V - Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

VI - Compromisso de constituição de Consórcio, quando for o caso, nos termos estabelecidos neste Edital e seus anexos, contendo a indicação de qual das empresas será a empresa Líder.

8.5.2 - A documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA consistirá em:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF).

II - Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

III - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal do Ministério da Fazenda.

IV - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.

V - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.

VI - Certificado de Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço(FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

VII - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida eletronicamente através do site <http://www.tst.jus.br>.

8.5.2.1 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações.

8.5.2.2 - Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, as empresas nesta condição serão declaradas habilitadas sob condição de regularização da documentação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública.

8.5.2.3 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no item supra, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Artigo 90 da Lei nº 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

8.5.2.4 - Na falta da regularização da documentação, no mesmo prazo previsto, a Administração poderá aplicar a multa de 10% (dez por cento) do valor total do objeto licitado pela proponente vencedora da licitação.

8.5.2.5 - Será considerada microempresa aquela que tiver auferido, no exercício social anterior, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), e empresa de pequeno porte aquela que tenha auferido receita bruta superior à R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas posteriores alterações. Sendo comprovada através dos balanços patrimoniais exigidos como comprovação de qualificação econômica no item 8.5.3, "a".

8.5.3 - A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA consistirá em:

I - Balanço patrimonial e demonstração de resultado do exercício, referentes aos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. O balanço das sociedades anônimas ou por ações deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial.

a) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

b) Os microempreendedores individuais deverão apresentar o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis como condição de qualificação econômico-financeira, nos termos do subitem 8.5.3, "a".

II - Certidão Negativa de Falência expedida pelo Cartório Judicial Distribuidor da Comarca da sede da pessoa jurídica, em data não anterior a 90 (noventa) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar no documento.

8.5.4 - A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E DECLARAÇÕES consistirá em:

I - Para o Item 01 constante na Tabela do Anexo III – Termo de Referência: Apresentação de no mínimo 01 (um) atestado, com período mínimo de 1 (um) ano e quantidade mínima de 130 (cento e trinta) toneladas por mês de resíduos sólidos

urbanos, no sistema porta a porta;

II - Para o Item 02 constante na Tabela do Anexo III – Termo de Referência: Apresentação de no mínimo 01 (um) atestado, com período mínimo de 01 (um) ano e quantidade mínima de 15 (quinze) toneladas por mês;

III - Licença do aterro sanitário fornecida por órgão ambiental para disposição dos resíduos sólidos. Em caso de aterros sediados em outros Estados, deverá ser apresentada Licença de Operação expedida pelo Órgão Competente do respectivo Estado; (Item 01 e Item 02 constante na Tabela do Anexo III – Termo de Referência);

IV - Matrícula Atualizada da área onde se localiza o aterro que receberá o depósito de resíduos sólidos. (Item 01 e Item 02 constante na Tabela do Anexo III – Termo de Referência);

V - Licença Ambiental de Transportes emitida pelo Instituto Água e Terra – IAT conforme Art. 16 da Lei Estadual nº. 12.493, de 22 de janeiro de 1999. Em caso de Proponentes sediadas em outros Estados, além da licença do IAP, deverá ser apresentada Licença Ambiental de Transporte expedida pelo Órgão Competente dos respectivos Estados onde o resíduo passar; (Item 01 e Item 02 constante na Tabela do Anexo III – Termo de Referência);

VI - Comprovação do aterro possuir EIA/RIMA através de apresentação dos respectivos documentos, para os aterros que recebem mais de 20 ton/dia de resíduos de acordo com a resolução Conama nº 404/2008 e resolução Cema nº 094 de 04 de novembro 2014. Para empresas que possuem aterro sanitário instalado anteriormente a esta legislação, estas devem apresentar declaração do órgão fiscalizador que o aterro atende as exigências ambientais através de licença de operação (LO) juntamente com declaração de compromisso que recebe somente a quantidade liberada na licença de operação apresentada; (Item 01 e Item 02 constante na Tabela do Anexo III – Termo de Referência);

VII - No caso dos resíduos serem transportados para fora do Estado do Paraná, a proponente deverá apresentar autorização ou declaração de aceite emitida pela autoridade ambiental (órgão ambiental) competente do Estado receptor quanto ao recebimento dos resíduos do licitante, conforme Art. 3º, II da Lei Estadual nº. 12.493, de 22 de janeiro de 1999. (Item 01 e Item 02 constante na Tabela do Anexo III – Termo de Referência);

VIII - Comprovação de possuir o proponente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior devidamente reconhecido pelo Conselho Regional de competência à sua atribuição profissional, que desempenhe a função de responsável técnico; (Item 01 e Item 02 constante na Tabela do Anexo III – Termo de Referência);

IX - Indicação do nome completo, número da carteira de identidade (RG), número do CPF e número do registro no Conselho Regional de competência à sua atribuição profissional, do profissional técnico da empresa proponente;

X - Para o item 01 constante na Tabela do Anexo III – Termo de Referência: Declaração de que a proponente possui no mínimo 02 (dois) veículos (1 titular e 1 reserva) apropriados para a prestação dos serviços objeto da presente licitação, com capacidade mínima de 15 m³ (quinze metros cúbicos) (coleta e transporte de lixo);

XI - Para o item 02 constante na Tabela do Anexo III – Termo de Referência: Declaração de que a proponente possui no mínimo 02 (dois) veículos (1 titular e 1 reserva) apropriados para a prestação dos serviços objeto da presente licitação, com capacidade mínima de 35 m³ (trinta e cinco metros cúbicos) (coleta e transporte de recicláveis);

XII - Declaração de que a proponente fica integralmente responsável pela coleta, transporte, transbordo (se necessário) e destinação final adequada nos termos da legislação pertinente. (Item 01 constante na Tabela do Anexo III – Termo de

Referência);

XIII - Declaração de que a proponente fica integralmente responsável pela coleta, transporte, transbordo (se necessário) e destinação final adequada, dos rejeitos gerados na triagem dos resíduos recicláveis, nos termos da legislação pertinente. (Item 02 constante na Tabela do Anexo III – Termo de Referência);

XIV - Certidão de registro da proponente no Conselho Regional de competência à sua atividade comercial, dentro de seu prazo de validade. (Item 01 e Item 02 constante na Tabela do Anexo III – Termo de Referência);

XV - Comprovante de que a empresa proponente possui Responsável Técnico habilitado, devidamente certificado pelo Conselho Regional de sua categoria profissional. Caso o Responsável Técnico seja proprietário ou sócio da empresa, a comprovação se dará pela apresentação do contrato social ou Certidão Simplificada da Junta Comercial (Item 01 e Item 02 constante na Tabela do Anexo III – Termo de Referência);

XVI - A empresa deverá apresentar documentação que comprove que o motorista e coletores irão executar os serviços estão técnica e profissionalmente capacitado (Item 01 e Item 02 constante na Tabela do Anexo III – Termo de Referência).

XVII - Declaração que terá programas e laudo técnico, a saber:

- a) Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO;
- b) Programa de Prevenção de Acidentes de Trabalho - PPRA;
- c) Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT;

VXVIII - Declaração do proponente comprometendo-se a possuir junto à empresa no ato da assinatura do contrato, pessoal treinado e com registro de acordo com a legislação trabalhista vigente, e declaração de possuir dentro do prazo de validade PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho, PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;

XIX - Declaração do proponente comprometendo-se a apresentar no ato da Assinatura do Contrato, Apólice de Seguro de transporte (para participante no Item 01 e Item 02 constante na Tabela do Anexo III – Termo de Referência) contra eventuais danos ambientais decorrentes da atividade de transporte e armazenamento, garantindo assim a segurança ao Erário;

8.6 - O CADASTRO no SICAF, ou Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Divisão de Licitações do Município de Mariópolis **(DESDE QUE VÁLIDO)** poderá substituir os documentos indicados nos subitens 8.5.1 a 8.5.4, para a documentação por ele abrangida.

8.6.1 - Caso os documentos válidos não estejam disponíveis para consulta e download, o licitante deverá encaminhá-los no prazo da convocação realizada pelo Pregoeiro.

8.7 - Em se tratando de consórcio, deverá ser apresentado os documentos de habilitação dos itens 8.5.1 a 8.5.4 ou o SICAF OU Certificado de registro cadastral emitido pela Divisão de Licitações do Município de Mariópolis **(DESDE QUE VÁLIDO)** vigente de todas as empresas participantes do consórcio.

8.8 - Será verificado quanto às declarações obrigatórias no momento do cadastramento da proposta se o licitante apresentou via sistema, sob pena de inabilitação:

a) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

b) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observados os prazos e procedimentos previstos em edital

8.10 - Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

9.1 - A confirmação de regularidade perante os órgãos oficiais será realizada junto aos “sites” na INTERNET.

9.2 - Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar dentro dos respectivos prazos de validade.

9.3 - Para que a licitante seja considerada vencedora, além de ter sua proposta aceita, deverá enviar todos os documentos previstos no edital dentro do prazo estipulado.

9.4 - Não serão aceitos documentos em forma de “FAX ou equivalente” e nem a apresentação de protocolo ou comprovantes de pagamento em substituição a documento solicitado como definitivo.

9.5 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados deverão estar:

a) em nome do licitante, com número do CNPJ, endereço respectivo telefone e e-mail.

b) em nome da sede (matriz), se o licitante for à sede (matriz).

c) em nome da filial, se o licitante for à filial, salvo aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente forem emitidos somente em nome da sede (matriz).

9.6 - A falta de quaisquer documentos ou o descumprimento das exigências previstas nos subitens anteriores implicará a INABILITAÇÃO do licitante e sua consequente exclusão do processo.

9.7 - Havendo superveniência de fato impeditivo, fica o licitante obrigado a declará-lo, sob as penalidades legais cabíveis.

9.8 - A apresentação da proposta por parte do licitante significa o pleno conhecimento e sua integral concordância e adesão para com as cláusulas deste edital e seus respectivos anexos.

9.9 - Como condição para celebração do Contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.

9.10 - Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.11 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

9.12 - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.13 - A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.14 - Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.15 Caso a licitante seja vencedora deverá apresentar no momento da assinatura do contrato Apólice de Seguro será no valor de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

9.16 A empresa deverá também possuir seguro com cobertura para os passageiros e contra terceiros, sendo de total responsabilidade da empresa civil e criminalmente qualquer dano, civil, moral ou físico que venha a acontecer com passageiros ou terceiros durante a execução do serviço objeto deste instrumento (Item 01 e Item 02 constante na Tabela do Anexo III – Termo de Referência).

10. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3 - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.4 - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.5 - O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.6 - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.7 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.8 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.9 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.10 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.11 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.12 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.mariopolis.pr.gov.br> – Portal da Transparência.

11. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

11.1 - Na assinatura do instrumento de contrato, será exigida a prestação de garantia, no valor de 5% (cinco por cento) do valor total contratual, sob pena de decair o direito à contratação, cabendo ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia, a ser identificada na data da contratação:

- a)** Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b)** Seguro-garantia;
- c)** Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

11.2 - A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger, além do prazo contratual, um período mínimo de um mês, após o término da vigência do Contrato.

11.3 - O prazo para a empresa apresentar a garantia será de 10 dias, prorrogáveis por igual período, após a convocação, que ocorrerá após a homologação e antes da assinatura do contrato, exceto se a modalidade for a da alínea “b” do item 11.1, cujo prazo será de 1 mês.

11.4 A empresa deverá também possuir seguro com cobertura para os passageiros e contra terceiros, sendo de total responsabilidade da empresa civil e criminalmente qualquer dano, civil, moral ou físico que venha a acontecer com passageiros ou terceiros durante a execução do serviço objeto deste instrumento (Item 01 e Item 02 constante na Tabela do Anexo III – Termo de Referência).

12. ASSINATURA DO CONTRATO

12.1 - Adjudicado o objeto da presente licitação, o Município convocará o adjudicatário a comparecer, no prazo de **até 05 (cinco) dias**, para assinar o Termo de Contrato, que terá efeito de compromisso de execução nas condições estabelecidas, **sob pena de decair ao direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/21**. Nos casos em que o instrumento contratual for encaminhado via correio ou em meio eletrônico, a contratada terá o mesmo prazo para devolução, ou seja, até 05 (cinco) dias contados do recebimento.

12.2 - Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

12.3 - Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

12.4 - Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 12.2, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a) Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO, PRAZOS, LOCAL, RECEBIMENTO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

13.1 - Os serviços do objeto em questão serão executados conforme descrito abaixo:

- a) A coleta dos resíduos orgânicos e rejeitos deverá ocorrer 03 (três) vezes por semana, nas segundas, quartas e sextas-feiras, no período diurno, em toda a área urbana, incluindo todos os bairros e centro da cidade conforme mapa constante na Tabela do Anexo III – Termo de Referência;
- b) A empresa vencedora do Item 1 (Contratação de Empresa Especializada no recolhimento, transporte e destinação final legalmente adequada de Resíduos Sólidos Classe II (Orgânicos e rejeitos) domiciliares e Resíduos Industriais Classe I gerados na garagem de máquinas da Prefeitura Municipal, conforme Lei Federal 12.305 de 2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos) da Tabela 01 constante no Termo de Referência Anexo III, fica responsável pela disponibilização de 1 (um) tambor de 200 litros para o acondicionamento temporário dos resíduos classe I (perigosos) gerados no pátio da Garagem Municipal de Máquinas, ficando responsável pela coleta no mínimo uma vez por mês, ou conforme solicitação da Administração Municipal;
- c) A coleta seletiva, descrita no Item 02 constante na Tabela 01 do Termo de Referência Anexo III, deverá ocorrer 2 (duas) vezes por semana, nas terças e quintas-feiras, no período diurno, em todo o perímetro urbano tanto para as residências e pontos comerciais;
- d) Serão necessários no mínimo 3 coletores no caminhão para os serviços de coletas descritos nos Itens 01 e 02 constantes na Tabela 01 do Termo de Referência – Anexo III, excluído o condutor do caminhão; O contêiner descrito no Item 01 constante na Tabela 01 do Termo de Referência – Anexo III, será utilizado para dispor resíduos volumosos (móveis usados, roupas, calçados e rejeitos). Deverá ser instalado numa área municipal que fica localizada à 3 km da cidade de Mariópolis na Comunidade Nossa Senhora de Lurdes. Esse contêiner deverá ser esvaziado uma vez por mês e os resíduos deverão ter sua destinação final ambientalmente adequada conforme determina a legislação ambiental;

13.2 - O prazo de vigência contratual será de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do Contrato de Prestação de Serviços, prorrogável por igual período, na forma dos artigos 105, 106, 107 e seguintes da Lei nº 14.133/21, mediante Termo de Aditamento.

13.3 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões contratuais que se fizerem necessárias do valor inicial atualizado do Contrato conforme Art. 107 e 125 da Lei 14.133/21.

14 - DA GESTÃO DO CONTRATO

- a) O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- b) As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim
- c) A Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato
- d) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.
- e) Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- f) O fiscal do contrato é designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos do contrato, conforme Decreto Municipal nº 110/2023.
- h) O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de compra, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações para fins de atendimento da finalidade da administração, conforme Decreto Municipal nº 110/2023.
- i) Nos termos do art. 11, § 1º do Decreto Municipal n.º 110/2023, a atribuição de gestão do contrato será exercida pelo titular do Departamento demandante, ou seja, o Diretor Nadir Rissardi Primo, ou pela pessoa que o vier a substituir, em razão da alteração da titularidade da pasta.

15. DO PAGAMENTO:

15.1 Da Forma de Pagamento:

- a) O pagamento do objeto será efetuado mensalmente até o quinto dia útil de cada mês.
- b) O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, ou por meio de fatura com utilização do código de barras.
- c) Na ocasião do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- d) A nota fiscal deve ser emitida dentro do padrão uniforme estabelecido pelo ente federativo responsável e não poderá conter qualquer rasura ou elemento que prejudique a compreensão exata de seu conteúdo, que deverá contemplar, no mínimo, as seguintes informações: a) data de emissão; b) número do contrato ou da nota de empenho; c) descrição resumida do objeto; d) período respectivo de execução do contrato, se for o caso; e) valor a pagar; e f) eventual destaque do valor de retenções tributárias aplicáveis.
- e) A empresa deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida eletronicamente através do site <http://www.tst.jus.br>.

- f) O cadastro no SICAF vigente poderá substituir os documentos indicados no subitem anterior.
- g) A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- h) Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- i) Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- j) Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- k) Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.
- l) Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela contratante, será aplicada correção monetária pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo IBGE, além de juros moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples, computados a partir do vencimento do prazo de pagamento de cada parcela que for paga em atraso.

16. DO REAJUSTE DE PREÇOS E ALTERAÇÃO DE VALOR CONTRATUAL

16.1 O reajuste de preço será admitido caso a vigência do contrato ultrapasse o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

16.2 O reajuste obedecerá a variação do índice INPC ou aquele que venha a lhe substituir, bem como, a administração possui discricionariedade para aplicação de outro índice menor que reflita as condições de mercado.

16.3 Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.

16.4 Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto à Divisão de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal.

16.5 Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no Artigo 124, e seguintes da Lei 14.133/21.

16.6 Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

17. ANTICORRUPÇÃO

17.1 - As licitantes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução do contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

18. SANÇÕES

18.1 - O licitante será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- II - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- III - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- IV - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- V - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- VI - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VII - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- VIII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas, as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Municipal;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4 - A multa a ser recolhida, calculada na forma do edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 18.1.

18.5 - O impedimento de licitar e contratar será aplicado ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens I, II e III do item 18.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do Município de Mariópolis, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.6 - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada o responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens IV, V, VI, VII e VIII do subitem 18.1, bem como pelas infrações dos subitens I, II e III do item 18.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referido no item 18.5, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

18.7 - A sanção estabelecida no subitem IV do item 18.2, será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do secretário municipal;

18.8 - As sanções previstas nos subitens I, III e IV do item 18.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no subitem II do mesmo item.

18.9 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

18.10 - A aplicação das sanções previstas no item 18.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Municipal.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 - As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que a interpretação não viole a lei e não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.2 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

19.3 - Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro. O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que julgar necessário.

19.4 - Será facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive parecer técnico ao Departamento requerente do certame com relação aos produtos cotados, bem como solicitar aos órgãos competentes, elaboração de parecer técnico destinado a fundamentar a decisão.

19.5 - O Pregoeiro poderá, ainda, relevar erros formais, ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação e não gerem a majoração do preço proposto.

19.6 - As licitantes devem acompanhar rigorosamente todas as fases do certame e as operações no sistema eletrônico, inclusive mensagem via chat, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada ou emitida pelo Sistema ou de sua desconexão, bem como será responsável pela apresentação dos documentos solicitados nos prazos previstos.

19.7 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

19.8 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.9 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Prefeitura Municipal de Mariópolis, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

19.10 - A autoridade competente poderá revogar a presente licitação por motivo de conveniência e oportunidade, devendo proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável.

19.11 - O resultado da licitação será divulgado na sua íntegra pelos sites: www.mariopolis.pr.gov.br/ <https://www.gov.br/compras/pt-br> /<https://www.gov.br/pncp/pt-br>, publicação no Jornal de Beltrão e estará disponível junto a Divisão de Licitações do Município de Mariópolis.

19.12 - No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

19.13 - É obrigação da proponente observar e acompanhar rigorosamente os editais, todas as fases do certame e comunicados oficiais divulgados conforme item anterior, ler e interpretar o conteúdo destes, desobrigando totalmente o órgão licitador, por interpretações errôneas ou inobservâncias.

19.14 - A proponente deverá indicar ao Pregoeiro todos os meios de contato (telefone/endereço eletrônico (e-mail), para comunicação, e obriga-se a manter os dados devidamente atualizados durante todo o decurso processual. Será de sua inteira responsabilidade o retorno imediato de todos os atos comunicados, os quais serão considerados recebidos, não lhe cabendo qualquer alegação de não recebimentos dos documentos.

19.15 - **O Pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Mariópolis quanto do emissor.**

19.16 - Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada e emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

19.17 - Caso o sistema eletrônico desconectar para ao Pregoeiro no decorrer da etapa de lances da sessão pública, e permanecendo acessíveis aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem o prejuízo dos atos realizados.

19.18 - Se a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10min (dez minutos), a sessão pública será suspensa e só poderá ser reiniciada após decorrido, no mínimo 24h (vinte e quatro horas), após a comunicação do fato aos participantes em campo próprio no sistema eletrônico.

19.19 - **CASO A ETAPA DE LANCES ULTRAPASSE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE, O PREGÃO SERÁ SUSPENSO E RETORNARÁ NO HORÁRIO INFORMADO PELO PREGOEIRO VIA CHAT.**

19.20 - Não havendo expediente, ocorrendo qualquer fato superveniente, ou mesmo indisponibilidade no Sistema Comprasnet que impeça a realização do certame na data e horário marcado, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

19.21 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

19.22 - Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Clevelândia - PR.

19.23 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

19.24 - Fazem parte deste Edital:

19.24.1 - ANEXO I - Minuta do Contrato;

19.24.2 - ANEXO II – Modelo Proposta de Preços;

19.24.3 - ANEXO III - Termo de Referência;

19.24.4 - ANEXO IV - Estudo Técnico Preliminar;

19.24.5 – ANEXO V – Planilha de Composição de Custos;

Mariópolis, 10 de Março de 2026.

Mario Eduardo Lopes Paulek
Prefeito Municipal
Examinei e Aprovo

ANEXO I - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2026/GP.

ATENÇÃO – Este Anexo (Minuta de Contrato) é para simples conhecimento dos licitantes, não sendo necessário o seu preenchimento.

O **Município de Mariópolis**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.995.323/0001-24 com sede e foro na Rua Seis, nº 1030, centro, CEP: 85.525-000 em Mariópolis - PR, neste ato representado pelo seu Prefeito, o Sr. **Mario Eduardo Lopes Paulek**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF nº ____, portador da CI/RG nº ____ SSP/PR, residente e domiciliado na Rua Seis, nº 1183, centro, CEP 85.525-000, na cidade de Mariópolis, estado do Paraná, de ora em diante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº _____, Inscrição Estadual nº _____ estabelecida _____, em _____, neste ato representada por _____, _____, inscrito no CPF/MF nº _____, portador da CI/RG nº _____, residente e domiciliado em _____, de ora em diante denominada **CONTRATADA**, tendo certa e ajustada a contratação, adiante especificada, cuja licitação foi promovida através do **Edital de Pregão Eletrônico nº 14/2026 - Processo nº 149/2026**, que independente da sua transcrição, integra o presente contrato que será regido pelas disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal nº 147, de 14 agosto de 2014, no Decreto Municipal nº 110/2023 e demais legislações pertinentes à matéria, conforme cláusulas e condições a seguir enunciada:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

I - Constitui objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos (orgânicos, rejeitos e recicláveis) domiciliares, comerciais e públicos, e conforme condições, quantidades, exigências e demais, conforme segue:

Item	Qde	Unid	Descrição	Valor Unit	Valor Total	MARCA

II - São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência, a Proposta de Preços do Contratado e eventuais anexos dos documentos.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR

I - O valor certo e ajustado para a contratação do objeto do presente contrato é:

CLÁUSULA TERCEIRA - GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

I - Na assinatura do instrumento contratual, o fornecedor apresentou garantia de R\$ ____, correspondente à 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, na modalidade de _____.

II - A validade da garantia deverá abranger, além do prazo contratual, um período mínimo de um mês após o término da vigência deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO, PRAZOS, LOCAL, RECEBIMENTO, VIGÊNCIA CONTRATUAL E PRORROGAÇÃO

I - Os serviços do objeto em questão serão executados conforme descrito abaixo:

- a) A coleta dos resíduos orgânicos e rejeitos deverá ocorrer 03 (três) vezes por semana, nas segundas, quartas e sextas-feiras, no período diurno, em toda a área urbana, incluindo todos os bairros e centro da cidade conforme mapa constante na Tabela do Anexo III – Termo de Referência;
- b) A empresa vencedora do Item 1 (Contratação de Empresa Especializada no recolhimento, transporte e destinação final legalmente adequada de Resíduos Sólidos Classe II (Orgânicos e rejeitos) domiciliares e Resíduos Industriais Classe I gerados na garagem de máquinas da Prefeitura Municipal, conforme Lei Federal 12.305 de 2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos) da Tabela 01 constante no Termo de Referência Anexo III, fica responsável pela disponibilização de 1 (um) tambor de 200 litros para o acondicionamento temporário dos resíduos classe I (perigosos) gerados no pátio da Garagem Municipal de Máquinas, ficando responsável pela coleta no mínimo uma vez por mês, ou conforme solicitação da Administração Municipal;
- c) A coleta seletiva, descrita no Item 02 constante na Tabela 01 do Termo de Referência Anexo III, deverá ocorrer 2 (duas) vezes por semana, nas terças e quintas-feiras, no período diurno, em todo o perímetro urbano tanto para as residências e pontos comerciais;
- d) Serão necessários no mínimo 3 coletores no caminhão para os serviços de coletas descritos nos Itens 01 e 02 constantes na Tabela 01 do Termo de Referência – Anexo III, excluído o condutor do caminhão; O contêiner descrito no Item 03 constante na Tabela 01 do Termo de Referência – Anexo III, será utilizado para dispor resíduos volumosos (móveis usados, roupas, calçados e rejeitos). Deverá ser instalado numa área municipal que fica localizada à 3 km da cidade de Mariópolis na Comunidade Nossa Senhora de Lurdes. Esse contêiner deverá ser esvaziado uma vez por mês e os resíduos deverão ter sua destinação final ambientalmente adequada conforme determina a legislação ambiental;

II - O prazo de vigência contratual será de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do Contrato de Prestação de Serviços, prorrogável por igual período, na forma dos artigos 105, 106, 107 e seguintes da Lei nº 14.133/21, mediante Termo de Aditamento.

III - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões contratuais que se fizerem necessárias do valor inicial atualizado do Contrato conforme Art. 107 e 125 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

I - Da Forma de Pagamento:

- a) O pagamento do objeto será realizado efetuado mensalmente até o quinto dia útil de cada mês.

- b) O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, ou por meio de fatura com utilização do código de barras.
- c) Na ocasião do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- d) A nota fiscal deve ser emitida dentro do padrão uniforme estabelecido pelo ente federativo responsável e não poderá conter qualquer rasura ou elemento que prejudique a compreensão exata de seu conteúdo, que deverá contemplar, no mínimo, as seguintes informações: a) data de emissão; b) número do contrato ou da nota de empenho; c) descrição resumida do objeto; d) período respectivo de execução do contrato, se for o caso; e) valor a pagar; e f) eventual destaque do valor de retenções tributárias aplicáveis.
- e) A empresa deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida eletronicamente através do site <http://www.tst.jus.br>.
- f) O cadastro no SICAF vigente, ou Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Divisão de Licitações do Município de Mariópolis (desde que válidos), poderão substituir os documentos indicados no subitem anterior.
- g) A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou CRC para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- h) Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- i) Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- j) Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- k) Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.
- l) Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela contratante, será aplicada correção monetária pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo IBGE, além de juros moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples, computados a partir do vencimento do prazo de pagamento de cada parcela que for paga em atraso.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE DE PREÇOS E ALTRAÇÃO DE VALOR CONTRATUAL

- I – O reajuste de preço será admitido caso a vigência do contrato ultrapasse o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

II - O reajuste obedecerá a variação do índice INPC ou aquele que venha a lhe substituir, bem como, a administração possui discricionariedade para aplicação de outro índice menor que reflita as condições de mercado.

III - Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.

IV - Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto à Divisão de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal.

V - Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no Artigo 124, e seguintes da Lei 14.133/21.

VI - Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

CLÁUSULA SETIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes desta licitação ocorrerão por conta dos recursos das seguintes Dotações Orçamentárias:

Despesa	Descrição da Despesa	Departamento Solicitante	Valor da Despesa
1231	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE E REC. HÍDRICOS	

Fonte	Origem / Recurso
	Recursos Ordinários (Livres)

CLÁUSULA OITAVA - GESTÃO CONTRATUAL

I - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

II - As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim

III - A Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato

IV - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

V - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

VI - O fiscal do contrato é designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos do contrato, conforme Decreto Municipal nº 110/2023.

VII - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de compra, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações para fins de atendimento da finalidade da administração, conforme Decreto Municipal nº 110/2023.

VIII - Nos termos do art. 11, § 1º do Decreto Municipal n.º 110/2023, a atribuição de gestão do contrato será exercida pelo titular do Departamento demandante, ou seja, o Diretor Nadir Rissardi Primo, ou pela pessoa que o vier a substituir, em razão da alteração da titularidade da pasta.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas, durante toda a vigência contratual, de acordo com o art. 92, XVI, da Lei 14.133/21, informando a Contratante a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições.

II - Executar o serviço estritamente de acordo com as especificações descritas no Termo de Referência, bem como no prazo estabelecido pela CONTRATANTE, responsabilizando-se pela substituição do que estiver em desacordo com o solicitado;

III - Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;

IV - Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e pessoais causados por seus empregados, dolosa ou culposamente, aos bens do Estado, União e de Terceiros;

V - Manter-se em compatibilidade com as obrigações assumidas durante a vigência do contrato;

VI - Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive aquelas com deslocamento dos técnicos ou reboque, enquanto perdurar a vigência da garantia oferecida pela CONTRATADA, de acordo com o manual de garantia do fabricante;

VII - Manter um representante em contato direto e constante com o CONTRATANTE, durante a execução do contrato, bem como indicar o responsável para acionamentos referentes aos Termos de Garantia;

VIII - Realizar a coleta dos resíduos orgânicos e rejeitos deverá ocorrer 03 (três) vezes por semana, nas segundas, quartas e sextas-feiras, no período diurno, em toda a área urbana, incluindo todos os bairros e centro da cidade;

IX - A empresa vencedora do Item 1 (Contratação de Empresa Especializada no recolhimento, transporte e destinação final legalmente adequada de Resíduos Sólidos Classe II (Orgânicos e rejeitos) domiciliares e Resíduos Industriais Classe I gerados na garagem de máquinas da Prefeitura Municipal, conforme Lei Federal 12.305 de 2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos) da Tabela 01, fica responsável pela disponibilização de 1 (um) tambor de 200 litros para o acondicionamento temporário dos resíduos classe I (perigosos) gerados no pátio da garagem Municipal de Máquinas, ficando responsável pela coleta no mínimo uma vez por mês, ou conforme solicitação da administração municipal;

X - A coleta seletiva, descrita no Item 02 da Tabela 01 deverá ocorrer 2 (duas) vezes por semana, nas terças e quintas-feiras, no período diurno, em todo o perímetro urbano tanto para as residências e pontos comerciais;

XI - Serão necessários no mínimo 3 coletores no caminhão para os serviços de coletas descritos nos Itens 01 e 02 da Tabela 01, excluído o condutor do caminhão; O contêiner descrito no Item 03 da Tabela 01 será utilizado para dispor resíduos volumosos (móveis usados, roupas, calçados e rejeitos). Deverá ser instalado numa área municipal que fica localizada à 3 km da cidade de Mariópolis na Comunidade Nossa Senhora de Lurdes. Esse contêiner deverá ser esvaziado uma vez por mês e os resíduos deverão ter sua destinação final ambientalmente adequada conforme determina a legislação ambiental;

XII - A contratação de empresa especializada na prestação de serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos (orgânicos, rejeitos e recicláveis) domiciliares, comerciais, públicos e destinação final em unidade de triagem e aterro sanitário.

CLÁUSULA DECIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I** - Designar os fiscais do Contrato como responsáveis para o acompanhamento da execução do objeto.
- II** - A Contratante deverá designar responsável, o qual juntamente com o fiscal e o gestor do Contrato de Prestação de Serviços, validarão a sua execução, sendo que tais procedimentos deverão ser formais e instrumentalizados.
 - a)** Os fiscais deverão anotar em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- III** - Cumprir com todos os compromissos financeiros assumidos com a Contratada.
- IV** - Comunicar prontamente a Contratada, qualquer anormalidade no objeto do Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas.
- V** - Notificar formal e tempestivamente à Contratada, sobre irregularidades observadas no cumprimento das obrigações assumidas, para que sejam adotadas as medidas pertinentes.
- VI** - Vetar o recebimento de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da Contratada, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais ou ser prejudicial à saúde dos servidores.
- VII** - Aplicar as sanções administrativas contratuais, em caso de inadimplência.
- VIII** - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.
- IX** - Fornecer, a qualquer tempo, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientar em todos os casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

- I** - O fornecedor será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
 - a)** dar causa à inexecução parcial do objeto;
 - b)** dar causa à inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c)** dar causa à inexecução total do objeto;
 - d)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto desta ata sem motivo justificado;
 - e)** apresentar declaração ou documentação ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do objeto.
 - f)** praticar ato fraudulento na execução do objeto;
 - g)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

III - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Municipal;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

IV - A penalidade de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na alínea “a” do item I.

V - A multa a ser recolhida, calculada na forma do edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do empenho e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item I.

VI - O impedimento de licitar e contratar será aplicado ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “b”, “c” e “d” do item I, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do Município de Mariópolis, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

VII - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada o responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “e”, “f”, “g”, “h”, do tem I, bem como pelas infrações dos subitens “b”, “c” e “d” do item I que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item VI, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

VIII - A sanção estabelecida na alínea “d” do item II, será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do secretário municipal;

IX - As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item II poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na aliena “b” do mesmo item.

X - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

XI - A aplicação das sanções previstas no item II não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ANTICORRUPÇÃO

I - As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - EXTINÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL

I - A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

II - A extinção mencionada no subitem anterior ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

III - A extinção do contrato também poderá ocorrer nos termos previstos dos artigos 138 e 139 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORO

I - Fica eleito o foro da Comarca de Clevelândia - PR para dirimir questões relativas ao presente contrato, com a expressa e formal renúncia de outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Assim, por estarem certos e ajustados obrigando-se a bem e fielmente cumprir todas as disposições do Contrato, firmam-no em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Mariópolis, ____ de _____ de 2026.

Município de Mariópolis - Contratante

Mario Eduardo Lopes Paulek – Prefeito Municipal

- Contratada

- Representante Legal

Testemunhas

CPF/MF nº

CPF/MF nº

ANEXO II
MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

A/C

Pregoeiro do Município de Mariópolis - PR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

A Empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ nº _____, com endereço na Rua _____, nº _____, CEP: _____ na cidade de _____ Estado do _____, telefone (____) _____-_____; e-mail _____@_____ por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital em epígrafe que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos (orgânicos, rejeitos e recicláveis) domiciliares, comerciais e públicos, conforme condições, quantidades, exigências e demais especificações, conforme segue:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	MARCA

I - Declaro ainda, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Prazo de Validade da Proposta é de: no mínimo 120 (cento e vinte) dias.

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

Local e Data.

Assinatura do Representante Legal

ANEXO III - TERMO DE REFERENCIA
PROCESSO Nº 149/2026

OBS: Havendo qualquer discordância entre a descrição e a unidade de medida do CATMAT e a do Edital, prevalecerá a descrição e unidade de medida constante no Edital.

TERMO DE REFERÊNCIA – COLETA, TRANSPORTE E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos (orgânicos, rejeitos e recicláveis) domiciliares, comerciais, públicos.

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

2.1 A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei Federal nº 12.305/2010 estabelece que as Prefeituras Municipais são as responsáveis pela gestão dos resíduos domiciliares, públicos e comerciais, estes últimos quando equiparados aos domiciliares se gerados em pequenas quantidades.

A coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos demandam, ademais de profissionais capacitados, uma ampla estrutura de equipamentos, edificações, soluções de destinação como aterro sanitário, que demandariam um investimento muito alto para o município realizar de forma individualizada.

O Município de Mariópolis tem o compromisso de promover a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade. A contratação de uma empresa especializada permite implementar práticas de coleta seletiva e destinação final adequadas, reduzindo o impacto ambiental negativo causado pelos resíduos sólidos.

Tabela 01 – Descrição dos Itens e Valores

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	QUANTID ADE	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Mês	Contratação de Empresa Especializada no recolhimento, transporte e destinação final legalmente adequada de Resíduos Sólidos Classe II (Orgânicos e rejeitos) domiciliares e Resíduos Industriais Classe I gerados na garagem de máquinas da Prefeitura Municipal , conforme Lei Federal 12.305 de 2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com disponibilização de 1 Contêiner de no mínimo 30 m³ de capacidade para recolhimento, transporte e destinação final legalmente adequada de resíduos volumosos (móveis domésticos, roupas, calçados e rejeitos).	12	51.414,82	616.977,84
02	Mês	Contratação de Empresa Especializada no recolhimento, transporte e destinação final adequada de Resíduos Sólidos Classe II (Recicláveis)	12	9.620,00	115.440,00

		domiciliares , conforme Lei Federal 12.305 de 2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.			
--	--	--	--	--	--

1.2 O prazo de vigência da contratação é de 1 (um ano) contados do (a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.3 O custo estimado total da contratação é de R\$ 732.377,84 conforme custos unitários e totais apostos no Estudo Técnico Preliminar.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

3.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

4.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)

5.1. A empresa vencedora do processo licitatório deverá dispor de profissionais especializados e habilitados para os serviços propostos;

5.2. Realizar o serviço de coleta nos dias programados: segundas, quartas e sextas – feiras (orgânicos e rejeitos) e terças e quintas – feiras (recicláveis). A coleta deverá ser realizada no período diurno (manhã ou tarde ou os dois turnos), ou seja, INICIAR E FINALIZAR NO MESMO DIA. No entanto o turno escolhido deverá ser frequente;

5.3. A empresa deverá dispor de caminhões apropriados para iniciar a coleta e finalizar no mesmo dia em todas as residências e pontos comerciais pré-definidos;

5.4. A empresa vencedora do Item 01 da Tabela 01 deverá dispor de dois caminhões (1 titular e 1 reserva) com no mínimo 15 m³ para o serviço de coleta;

5.5. A empresa vencedora do Item 02 da Tabela 01 deverá dispor de dois caminhões (1 titular e 1 reserva) para o serviço de coleta com no mínimo 35 m³;

5.6. Realizar a destinação ambientalmente adequada para cada classe de resíduo coletado conforme Legislações ambientais sobre resíduos sólidos;

5.7. Demonstrar pronto atendimento aos colaboradores da Prefeitura quando na solicitação de informações sobre a gestão dos Resíduos Sólidos no Município;

- 5.8. Prestar esclarecimentos ao Departamento de Agricultura e Meio Ambiente quando houver algum imprevisto nos serviços licitados.
- 5.9. A contratação de empresa especializada na prestação de serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos (orgânicos, rejeitos e recicláveis) domiciliares, comerciais, públicos e destinação final em unidade de triagem e aterro sanitário.

6. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

- 6.1. A coleta dos resíduos orgânicos e rejeitos deverá ocorrer 03 (três) vezes por semana, nas segundas, quartas e sextas-feiras, no período diurno, em toda a área urbana, incluindo todos os bairros e centro da cidade;
- 6.2. A empresa vencedora do Item 1 (Contratação de Empresa Especializada no recolhimento, transporte e destinação final legalmente adequada de **Resíduos Sólidos Classe II (Orgânicos e rejeitos) domiciliares e Resíduos Industriais Classe I gerados na garagem de máquinas da Prefeitura Municipal**, conforme Lei Federal 12.305 de 2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos) da Tabela 01, fica responsável pela disponibilização de 1 (um) tambor de 200 litros para o acondicionamento temporário dos resíduos classe I (perigosos) gerados no pátio da garagem Municipal de Máquinas, ficando responsável pela coleta no mínimo uma vez por mês, ou conforme solicitação da administração municipal;
- 6.3. A coleta seletiva, descrita no Item 02 da Tabela 01 deverá ocorrer 2 (duas) vezes por semana, nas terças e quintas-feiras, no período diurno, em todo o perímetro urbano tanto para as residências e pontos comerciais;
- 6.4. Serão necessários no mínimo 3 coletores no caminhão para os serviços de coletas descritos nos Itens 01 e 02 da Tabela 01, excluído o condutor do caminhão; O contêiner descrito no Item 01 da Tabela 01 será utilizado para dispor resíduos volumosos (móveis usados, roupas, calçados e rejeitos). Deverá ser instalado numa área municipal que fica localizada à 3 km da cidade de Mariópolis na Comunidade Nossa Senhora de Lurdes. Esse contêiner deverá ser esvaziado uma vez por mês e os resíduos deverão ter sua destinação final ambientalmente adequada conforme determina a legislação ambiental;

7. DEFINIÇÕES E INFORMAÇÕES SOBRE OS SERVIÇOS LICITADOS

A empresa contratada deverá possuir licença ambiental de operação do aterro sanitário e do centro de triagem de resíduos, sendo o aterro da empresa CONTRATADA ou terceirizado por ela. O percurso a ser realizado durante a coleta possui uma quilometragem média de 40 km/dia dentro do município, sem considerar a distância até o aterro e centro de triagem. Atualmente são gerados no município de Mariópolis em termos de média anual, aproximadamente 1535 toneladas de resíduos sólidos (orgânico, rejeito e reciclável), dando um total de (128 ton/mês).



Mapa 01 - Itinerário para a Coleta dos Resíduos Sólidos do Município de Mariópolis – PR, onde está marcado em vermelho deverá ser realizada a coleta.

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta de recursos específicos consignados no plano orçamentário do Município de Mariópolis. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

1000 – Departamento de Agricultura e Meio Ambiente

1002 – Divisão de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

1231 – Prestação de Serviços de Coleta de Resíduos Sólidos.

9. DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1 Para o Item 01 constante na Tabela acima: Apresentação de no mínimo 01 (um) atestado, com período mínimo de 1 (um) ano e quantidade mínima de 130 (cento e trinta) toneladas por mês de resíduos sólidos urbanos, no sistema porta a porta;

9.2 Para o Item 02 constante na Tabela acima: Apresentação de no mínimo 01 (um) atestado, com período mínimo de 01 (um) ano e quantidade mínima de 15 (quinze) toneladas por mês;

9.3 Licença do aterro sanitário fornecida por órgão ambiental para disposição dos resíduos sólidos. Em caso de aterros sediados em outros Estados, deverá ser apresentada Licença de Operação expedida pelo Órgão Competente do respectivo Estado; (Item 01 e Item 02 constante na Tabela acima);

9.4 Matrícula Atualizada da área onde se localiza o aterro que receberá o depósito de resíduos sólidos. (Item 01 e Item 02 constante na Tabela acima);

9.5 Licença Ambiental de Transportes emitida pelo Instituto Água e Terra – IAT conforme Art. 16 da Lei Estadual nº. 12.493, de 22 de janeiro de 1999. Em caso de Proponentes sediadas em outros Estados, além da licença do IAP, deverá ser apresentada Licença Ambiental de Transporte expedida pelo Órgão Competente dos respectivos Estados onde o resíduo passar; (Item 01 e Item 02 constante na Tabela acima);

9.6 Comprovação do aterro possuir EIA/RIMA através de apresentação dos respectivos documentos, para os aterros que recebem mais de 20 ton/dia de resíduos de acordo com a resolução Conama nº404/2008 e resolução Cema nº 094 de 04 de novembro 2014. Para empresas que possuem aterro sanitário instalado anteriormente a esta legislação, estas devem apresentar declaração do órgão fiscalizador que o aterro atende as exigências ambientais através de licença de operação (LO) juntamente com declaração de compromisso que recebe somente a quantidade liberada na licença de operação apresentada; (Item 01 e Item 02 constante na Tabela acima);

9.7 No caso dos resíduos serem transportados para fora do Estado do Paraná, a proponente deverá apresentar autorização ou declaração de aceite emitida pela autoridade ambiental (órgão ambiental) competente do Estado receptor quanto ao recebimento dos resíduos do licitante, conforme Art. 3º, II da Lei Estadual nº. 12.493, de 22 de janeiro de 1999. (Item 01 e Item 02 constante na Tabela acima);

9.8 Comprovação de possuir o proponente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior devidamente reconhecido pelo Conselho Regional de competência à sua atribuição profissional, que desempenhe a função de responsável técnico; (Item 01 e Item 02 constante na Tabela acima);

9.9 Indicação do nome completo, número da carteira de identidade (RG), número do CPF e número do registro no Conselho Regional de competência à sua atribuição profissional, do profissional técnico da empresa proponente;

9.10 Para o item 01 constante na Tabela acima: Declaração de que a proponente possui no mínimo 02 (dois) veículos (1 titular e 1 reserva) apropriados para a prestação dos serviços objeto da presente licitação, com capacidade mínima de 15 m³ (quinze metros cúbicos) (coleta e transporte de lixo);

9.11 Para o item 02 constante na Tabela acima: Declaração de que a proponente possui no mínimo 02 (dois) veículos (1 titular e 1 reserva) apropriados para a prestação dos serviços objeto da presente licitação, com capacidade mínima de 35 m³ (trinta e cinco metros cúbicos) (coleta e transporte de recicláveis);

9.12 Declaração de que a proponente fica integralmente responsável pela coleta, transporte, transbordo (se necessário) e destinação final adequada nos termos da legislação pertinente. (Item 01 constante na Tabela acima);

9.13 Declaração de que a proponente fica integralmente responsável pela coleta, transporte, transbordo (se necessário) e destinação final adequada, dos rejeitos gerados na triagem dos resíduos recicláveis, nos termos da legislação pertinente. (Item 02 constante na Tabela acima);

9.14 - Certidão de registro da proponente no Conselho Regional de competência à sua atividade comercial, dentro de seu prazo de validade. (Item 01 e Item 02 constante na Tabela acima);

9.15 Comprovante de que a empresa proponente possui Responsável Técnico habilitado, devidamente certificado pelo Conselho Regional de sua categoria profissional. Caso o Responsável Técnico seja proprietário ou sócio da empresa, a comprovação se dará pela apresentação do contrato social ou Certidão Simplificada da Junta Comercial (Item 01 e Item 02 constante na Tabela acima);

9.16 A empresa deverá apresentar documentação que comprove que o motorista e coletores irão executar os serviços estão técnica e profissionalmente capacitado (Item 01 e Item 02 constante na Tabela acima).

9.17 Declaração que terá programas e laudo técnico, a saber:

- a) Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO;
- b) Programa de Prevenção de Acidentes de Trabalho - PPRA;
- c) Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT;

9.18 Declaração do proponente comprometendo-se a possuir junto à empresa no ato da assinatura do contrato, pessoal treinado e com registro de acordo com a legislação trabalhista vigente, e declaração de possuir dentro do prazo de validade PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho, PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;

9.19 Declaração do proponente comprometendo-se a apresentar no ato da Assinatura do Contrato, Apólice de Seguro de transporte (para participante no Item 01 e Item 02 constante na Tabela acima) contra eventuais danos ambientais decorrentes da atividade de transporte e armazenamento, garantindo assim a segurança ao Erário;

ANEXO IV - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – COLETA, TRANSPORTE E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

1 – INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

A gestão de resíduos sólidos deve ser eficiente para evitar problemas sociais, ambientais e econômicos. A lei 12.305 de 2010 determina que a responsabilidade pela gestão dos resíduos deve ser de forma compartilhada entre a iniciativa pública, privada e a sociedade em geral.

2 – OBJETO

Tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos (orgânicos, rejeitos e recicláveis) domiciliares, comerciais, públicos.

3 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei Federal nº 12.305/2010 estabelece que as Prefeituras Municipais são as responsáveis pela gestão dos resíduos domiciliares, públicos e comerciais, estes últimos quando equiparados aos domiciliares se gerados em pequenas quantidades.

A coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos demandam, ademais de profissionais capacitados, uma ampla estrutura de equipamentos, edificações, soluções de destinação como aterro sanitário, que demandariam um investimento muito alto para o município realizar de forma individualizada.

O Município de Mariópolis tem o compromisso de promover a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade. A contratação de uma empresa especializada permite implementar práticas de coleta seletiva e destinação final adequadas, reduzindo o impacto ambiental negativo causado pelos resíduos sólidos.

4 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Consta no Plano Anual de Contratações - PCA do ano de 2026.

5 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) prestar o serviço de acordo com as seguintes exigências:

- Disponibilização de profissionais especializados para os serviços propostos;

- Realizar o serviço de coleta nos dias programados; orgânico e rejeitos (segundas, quartas e sextas –feiras) e recicláveis (terças e quintas –feiras);
- A empresa deverá dispor de caminhões apropriados para iniciar a coleta e finalizar no mesmo dia em todas as residências e pontos comerciais pré-definidos;
- Realizar a destinação final ambientalmente adequada para cada classe de resíduos coletados;
- Demonstrar pronto atendimento ao Departamento de Agricultura e Meio Ambiente quando na solicitação de informações sobre a gestão dos Resíduos Sólidos no Município;
- Prestar esclarecimentos à Prefeitura quando houver algum imprevisto no serviço de coleta dos resíduos.

6 – PRAZO DE ENTREGA

Os serviços descritos neste Estudo Técnico Preliminar deverão ser prestados pela (s) empresa (s) vencedora (s) conforme diretrizes do Departamento Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

A coleta dos resíduos orgânicos e rejeitos deverão ocorrer 03 (três) vezes por semana, nas segundas, quartas e sextas-feiras, no período diurno (manhã ou tarde ou os dois turnos), em toda a área urbana, incluindo todos os bairros e centro da cidade.

A empresa vencedora do Item 1 fica responsável pela disponibilização de 1 (um) tambor de 200 litros para o acondicionamento temporário dos resíduos classe I (perigosos) gerados no pátio da garagem Municipal de Máquinas, ficando responsável pela coleta no mínimo uma vez por mês, ou conforme solicitação da administração municipal

A coleta seletiva de recicláveis deverá ocorrer 2 (duas) vezes por semana, nas terças e quintas-feiras, no período diurno (manhã ou tarde ou os dois turnos) em todo o perímetro urbano tanto para as residências e pontos comerciais. O contêiner descrito no Item 1 da Tabela 01, será utilizado para dispor resíduos volumosos (móveis usados, roupas, calçados e rejeitos). Deverá ser instalado numa área do Município que fica localizada à 3 km da cidade de Mariópolis na Comunidade Nossa Senhora de Lurdes. Esse contêiner deverá ser esvaziado uma vez por mês e os resíduos destinados conforme definição nas Legislações ambientais.

7 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Entende-se necessária a contratação dos seguintes itens e quantitativos:

Tabela 01 - Descrição dos Itens e Quantidades

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	Mensal	Contratação de Empresa Especializada no recolhimento, transporte e destinação final legalmente adequada de Resíduos Sólidos Classe II (Orgânicos) domiciliares e Resíduos Industriais Classe I gerados na garagem de máquinas da Prefeitura Municipal , conforme Lei Federal 12.305 de 2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com Disponibilização de 1 Container com capacidade mínima de 30 m³ para	12

		recolhimento, transporte e destinação final legalmente adequada de resíduos volumosos (móveis domésticos, roupas, calçados e rejeitos) .	
02	Mensal	Contratação de Empresa Especializada no recolhimento, transporte e destinação final adequada de Resíduos Sólidos Classe II (Recicláveis) domiciliares , conforme Lei Federal 12.305 de 2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.	12

8 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

A pesquisa de mercado foi realizada conforme indicações fornecidas por profissionais da área de gestão de resíduos sólidos e de Prefeituras Municipais da região. Conforme as informações fornecidas, as empresas indicadas apresentaram bons desempenhos nos trabalhos de gestão de resíduos sólidos. Para embasamento da proposta fornecida, a solução 1 apresenta uma Planilha discriminando os custos referente aos serviços licitados.

A seguir é apresentado as três soluções pesquisadas:

Solução 1 –

Proposta de Preços

Prefeitura de Mariópolis/PR

DATA 06/02/2026

**ORÇAMENTO PARA SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO
FINAL DE RESÍDUOS.**

ORÇAMENTO					
Item	Und	Qntd	Descrição	Valor Unitário(R\$)	Valor Total R\$
1	Mês	12	Contratação de Empresa Especializada no recolhimento, transporte e destinação final legalmente adequada de Resíduos Sólidos Classe II (Orgânicos) e Resíduos Industriais Classe I gerados na garagem de máquinas	R\$ 46.914,82	R\$ 562.977,84
2	Mês	12	Contratação de Empresa Especializada no recolhimento, transporte e destinação final adequada de Resíduos Sólidos Classe II (Recicláveis)	R\$ 11.669,10	R\$ 140.029,16
3	Mês	12	Disponibilização de 1 Container de 30 m³ de capacidade para recolhimento, transporte e destinação final legalmente adequada de entulhos (móveis domésticos, roupas, calçados e rejeitos)	R\$ 11.275,07	R\$ 135.300,81
4	Ano	1	Disponibilização de 2 Containers de 30 m³ de capacidade para recolhimento, transporte e destinação final legalmente adequada de resíduos recicláveis, orgânicos e rejeitos para a Festa da Uva do Município	R\$ 500,13	R\$ 6.001,54
VALOR TOTAL				R\$ 70.359,11	R\$ 844.309,35

- Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias a partir da data de 02/02/2026.
- Prazo de Execução: 12 (doze) meses
- No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes, deslocamentos, estadias e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.
- A proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.
- Declaramos que os preços apresentados são compatíveis com os praticados no mercado e foram calculados de forma transparente, conforme demonstrado nas planilhas analíticas.
- Comprometemo-nos a executar os serviços com excelência técnica, cumprindo rigorosamente todas as normas ambientais, sanitárias e trabalhistas aplicáveis.
- Declaramos que possuímos plena capacidade técnica, operacional e financeira para executar os serviços objeto desta proposta.

Para abrir a Planilha de custos referente a Proposta de Preços clique no ícone verde abaixo



ADRIANI
GALLI:928861
08987

Assinado de forma
digital por ADRIANI
GALLI:92886108987
Dados: 2026.02.06
08:05:38 -03'00'

ADRIANI GALLI
Representante Legal
CPF: 928.861.089-87

A) GERAIS			
BDI	%	32,22%	Calculado em AN_BDI (ajuste fatores lá)
Semanas por mês	sem	4,33	
Meses por ano	meses	12	
Dias por mês (rateios)	dias	22	

FREQUÊNCIAS (do descritivo)			
Qtd semanal – Item 01 (seg/qua/sex)	coletas/sem	3	Fixado pelo descritivo
Qtd semanal – Item 02 (ter/qui)	coletas/sem	2	Fixado pelo descritivo

B) OPERAÇÃO – ROTAS / QUILOMETRAGEM			
Km perímetro urbano por coleta	km	40	Do descritivo
Km até Aterro/Destino final (ida)	km	178	DEFAULT – AJUSTAR
Km até ATT (ida)	km	3	Do descritivo (ATT)
Viagens ao destino por coleta (após rota)	viagens	1	DEFAULT – AJUSTAR
Fator ida+volta	x	2	Normalmente 2
Remoções/mês – Item 03 (contêiner mensal)	remoções/mês	2	DEFAULT – AJUSTAR
Remoções no evento – Item 04 (Festa da Uva)	remoções/evento	2	DEFAULT – AJUSTAR

C) RESÍDUOS / VOLUMES			
Item 01 – Resíduos Classe II (orgânicos) + Classe I (industrial)	ton/ano	1.420,00	Do descritivo
% Classe I dentro do total do Item 01	%	2,00%	DEFAULT – AJUSTAR
Item 02 – Resíduos Classe II (recicláveis)	ton/ano	337	Do descritivo
Ton por contêiner 30 m³ (média)	t/contêiner	6	DEFAULT – AJUSTAR
Item 03 – Ton/mês (estimado)	ton/mês	12	cálculo
Item 04 – Ton/evento (estimado)	ton/evento	12	cálculo

D) VEÍCULOS – PERFIL 1 (CAMINHÃO COLETA)			
Quantidade de veículos	qtde	1	
Valor de aquisição	R\$	R\$ 550.000,00	DEFAULT
Vida útil	anos	7	
Residual (% aquis.)	%	20,00%	
Juros / remuneração capital	% a.a.	12,00%	
IPVA anual	R\$/ano	R\$ 12.000,00	

Seguro anual	R\$/ano	R\$ 15.000,00	
Licenciamento anual	R\$/ano	R\$ 2.000,00	
Rastreamento	R\$/mês	R\$ 150,00	
Consumo (km/L)	km/L	2,5	
Preço diesel	R\$/L	R\$ 6,00	
Manutenção	R\$/km	R\$ 1,20	
Pneus/recapagem	R\$/km	R\$ 0,35	
Lavagem	R\$/mês	R\$ 500,00	
Fator utilização / overhead	x	1	

D) VEÍCULOS – PERFIL 2 (ROLL-ON/CONTAINER)

Quantidade de veículos	qtde	1	
Valor de aquisição	R\$	R\$ 450.000,00	DEFAULT
Vida útil	anos	8	
Residual (% aquis.)	%	20,00%	
Juros / remuneração capital	% a.a.	12,00%	
IPVA anual	R\$/ano	R\$ 8.000,00	
Seguro anual	R\$/ano	R\$ 12.000,00	
Licenciamento anual	R\$/ano	R\$ 2.000,00	
Rastreamento	R\$/mês	R\$ 150,00	
Consumo (km/L)	km/L	1,8	
Preço diesel	R\$/L	R\$ 6,00	
Manutenção	R\$/km	R\$ 1,50	
Pneus/recapagem	R\$/km	R\$ 0,45	
Lavagem	R\$/mês	R\$ 600,00	
Fator utilização / overhead	x	1	

E) DESTINAÇÃO / TAXAS

Taxa disposição – Orgânico/Classe II	R\$/ton	R\$ 120,00	DEFAULT – AJUSTAR
Taxa disposição – Classe I (industrial)	R\$/ton	R\$ 650,00	DEFAULT – AJUSTAR
Taxa triagem/recebimento – Reciclável (negativo=receita)	R\$/ton	R\$ 0,00	DEFAULT – AJUSTAR
Taxa disposição – Entulho/Rejeitos	R\$/ton	R\$ 180,00	DEFAULT – AJUSTAR
Custo transbordo/ATT	R\$/ton	R\$ 0,00	se aplicável

F) CONTÊINERES

Locação contêiner 30 m³	R\$/mês	R\$ 1.800,00	DEFAULT – AJUSTAR
Mobilização/retirada (por contêiner por evento)	R\$/evento	R\$ 350,00	DEFAULT – AJUSTAR
Qtd contêineres – Item 03	qtde	1	Do descritivo
Qtd contêineres – Item 04 (evento)	qtde	2	Do descritivo
Dias do evento Festa da Uva	dias	3	Do descritivo

CÁLCULOS INTERNOS (para análises)

Item 01 – Coletas/mês	coletas/mês	12,99	
Item 02 – Coletas/mês	coletas/mês	8,66	
Km por coleta (Item 01/02) – total	km/coleta	396	rota + destino (ida+volta)

Km/mês Perfil 1 (coleta) – total	km/mês	8.573,40	
Km por remoção contêiner (ida)	km	181	DEFAULT – AJUSTAR
Km por remoção contêiner (ida+volta)	km	362	
Km/mês Perfil 2 (Item 03)	km/mês	724	
Km/evento Perfil 2 (Item 04)	km/evento	724	

G) RATEIO / UTILIZAÇÃO (município pequeno)

Fator utilização – MÃO DE OBRA Item 01	x	0,5	DEFAULT – AJUSTAR
Fator utilização – MÃO DE OBRA Item 02	x	0,35	DEFAULT – AJUSTAR
Fator utilização – MÃO DE OBRA Item 03	x	0,2	DEFAULT – AJUSTAR
Fator utilização – MÃO DE OBRA Item 04	x	0,2	DEFAULT – AJUSTAR

Fator rateio – VEÍCULOS Item 01	x	0,5	DEFAULT – AJUSTAR
Fator rateio – VEÍCULOS Item 02	x	0,3	DEFAULT – AJUSTAR
Fator rateio – VEÍCULOS Item 03	x	0,2	DEFAULT – AJUSTAR
Fator rateio – VEÍCULOS Item 04	x	0,2	DEFAULT – AJUSTAR

Solução 2



IDENTIFICAÇÃO DA COOPERATIVA:

- Nome: Cooperativa de trabalho Cooperclim de Catadores de Materiais Recicláveis – Filial Ipuçu
- CNPJ: 46.238.787/0002-06
- Endereço: Rua Bevilaqua, 305, Bairro Industrial, Ipuçu/SC
- Responsável pelo orçamento: 49.98821 8779 – Vanderlei Gnoato.

ORÇAMENTO PARA SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS, CONFORME LEI FEDERAL QUE INSTITUIU A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PNRS) 12.305/2010 PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÓPOLIS

Item	Descrição do Tipo de Resíduos e demais Pré-requisitos	Qtd	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Contratação de Empresa Especializada no recolhimento, transporte e destinação final legalmente adequada de Resíduos Sólidos Classe II (Orgânicos) e Resíduos Industriais Classe I gerados na garagem de máquinas , conforme Lei Federal 12.305 de 2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. A empresa deverá dispor de colaboradores treinados e caminhões apropriados para iniciar a coleta e finalizar no mesmo dia. As coletas deverão ser realizadas nas segundas, quartas e sextas – feiras. O serviço de coleta deverá ser realizado no perímetro urbano passando em todas as residências A distância total das ruas do perímetro urbano é de 40 km A quantidade de resíduos gerada, no ano de 2024, foi de 1425 ton/ano conforme informações da empresa atual prestadora de serviço no Município de Mariópolis.	12	Mensal		
02	Contratação de Empresa Especializada no recolhimento, transporte e destinação final adequada de Resíduos Sólidos Classe II (Recicláveis) , conforme Lei Federal 12.305 de 2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. A empresa deverá dispor de colaboradores treinados e caminhões apropriados para iniciar a coleta e finalizar no mesmo	12	Mensal	R\$ 9.620,00	R\$ 115.440,00

	dia. As coletas deverão ser realizadas nas terças e quintas – feiras . O serviço de coleta deverá ser realizado no perímetro urbano passando em todas as residências. A distância total das ruas do perímetro urbano é de 40 km. A quantidade de resíduos gerada, no ano de 2024, foi de 110 ton/ano conforme informações da empresa atual prestadora de serviço no ano de 2024.				
03	Disponibilização de 1 Container de 30 m³ de capacidade para recolhimento, transporte e destinação final legalmente adequada de entulhos (móveis domésticos, roupas, calçados e rejeitos) . O container ficará instalado na Área de Transbordo e Triagem – ATT, localizada à 3 km da cidade de Mariópolis.	1	Mensal		
04	Disponibilização de 2 Containers de 30 m³ de capacidade para recolhimento, transporte e destinação final legalmente adequada de resíduos recicláveis, orgânicos e rejeitos para a Festa da Uva do Município . Os containers deverão ser disponibilizados nos três dias do evento com datas previstas entre final do mês de janeiro e início de fevereiro de cada ano.	1	Anual		

Ipuaçu, 05 de fevereiro de 2026.

Documento assinado digitalmente
gov.br VANDERLEI GNOATO
Data: 05/02/2026 14:08:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Vanderlei Gnoato
CPF: 02885114924
Responsável Cooperclim – Filial Ipuaçu

Solução 3



RAZÃO SOCIAL: CTR3 PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 02.375.648/000178 e-mail: ctr3.manica@gmail.com
Endereço: Rod BR 158, Km 498 – Alto Palmeirinha - Coronel Vivida/Paraná
Telefone: (46) 3232-1471 Contato: (46) 99107-9792

À Prefeitura Municipal de Mariópolis/PR

ORÇAMENTO

Item	Objeto	Qtde.	Unidade	Valor Unit.	Valor Total
01	Contratação de Empresa Especializada no recolhimento, transporte e destinação final legalmente adequada de Resíduos Sólidos Classe II (Orgânicos) e Resíduos Industriais Classe I gerados na garagem de máquinas , conforme Lei Federal 12.305 de 2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. A empresa deverá dispor de colaboradores treinados e caminhões apropriados para iniciar a coleta e finalizar no mesmo dia. As coletas deverão ser realizadas nas segundas, quartas e sextas – feiras. O serviço de coleta deverá ser realizado no perímetro urbano passando em todas as residências. A distância total das ruas do perímetro urbano é de 40 km. A quantidade de resíduos gerada, no ano de 2024, foi de 1425 ton/ano conforme informações da empresa atual prestadora de serviço no Município de Mariópolis.	12	Mensal	R\$ 84.316,00	R\$ 1.011.792,00
02	Contratação de Empresa Especializada no recolhimento, transporte e destinação final adequada de Resíduos Sólidos Classe II (Recicláveis) , conforme Lei Federal 12.305 de 2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. A empresa deverá dispor de colaboradores treinados e caminhões apropriados para iniciar a coleta e finalizar no mesmo dia. As coletas deverão ser realizadas nas terças e quintas – feiras. O serviço de coleta deverá ser realizado no perímetro urbano passando em todas as residências. A distância total das ruas do perímetro urbano é de 40 km. A quantidade de resíduos gerada, no ano de 2024, foi de 110 ton/ano conforme informações da empresa atual prestadora de serviço no ano de 2024.	12	Mensal	R\$ 25.280,00	R\$ 303.360,00
03	Disponibilização de 1 Container de 30 m³ de capacidade para recolhimento, transporte e destinação final legalmente adequada de entulhos	12	Mensal	R\$ 6.300,00	R\$ 75.600,00



MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS



	(móveis domésticos, roupas, calçados e rejeitos). O container ficará instalado na Área de Transbordo e Triagem – ATT, localizada à 3 km da cidade de Mariópolis.				
04	Disponibilização de 2 Containers de 30 m³ de capacidade para recolhimento, transporte e destinação final legalmente adequada de resíduos recicláveis, orgânicos e rejeitos para a Festa da Uva do Município . Os containers deverão ser disponibilizados nos três dias do evento com datas previstas entre final do mês de janeiro e início de fevereiro de cada ano.	1	Anual	R\$ 11.500,00	R\$ 11.500,00

Coronel Vivida, 06 de fevereiro de 2026.

**LUIZ ARTUR
MANICA**

Assinado de forma digital por
LUIZ ARTUR MANICA
Dados: 2026.02.06 09:58:19
-03'00'

CTR3 Prestadora de Serviços Ltda.
CNPJ: 02.375.648/0001-78
Luiz Artur Manica
CPF: 472.976.979-15

Solução 04



ORÇAMENTO PARA SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS, CONFORME LEI FEDERAL QUE INSTITUIU A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PNRS) 12.305/2010 PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÓPOLIS

Item	Descrição do Tipo de Resíduos e demais Pré-requisitos	Qt d	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Contratação de Empresa Especializada no recolhimento, transporte e destinação final legalmente adequada de Resíduos Sólidos Classe II (Orgânicos) e Resíduos Industriais Classe I gerados na garagem de máquinas , conforme Lei Federal 12.305 de 2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. A empresa deverá dispor de colaboradores treinados e caminhões apropriados para iniciar a coleta e finalizar no mesmo dia. As coletas deverão ser realizadas nas segundas, quartas e sextas – feiras. O serviço de coleta deverá ser realizado no perímetro urbano passando em todas as residências. A distância total das ruas do perímetro urbano é de 40 km. A quantidade de resíduos gerada, no ano de 2024, foi de 1425 ton/ano conforme informações da empresa atual prestadora de serviço no Município de Mariópolis.	12	Mensal	R\$ 80.000,00	R\$960.000,00
02	Contratação de Empresa Especializada no recolhimento, transporte e destinação final adequada de Resíduos Sólidos Classe II (Recicláveis) , conforme Lei Federal 12.305 de 2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. A empresa deverá dispor de colaboradores treinados e caminhões apropriados para iniciar a coleta e finalizar no mesmo dia. As coletas deverão ser realizadas nas terças e quintas – feiras. O serviço de coleta deverá ser realizado no perímetro urbano passando em todas as residências. A distância total das ruas do perímetro urbano é de 40 km. A quantidade de resíduos gerada, no ano de 2024, foi de 110 ton/ano conforme informações da empresa atual prestadora de serviço no ano de 2024.	12	Mensal	R\$20.000,00	R\$240.000,00
03	Disponibilização de 1 Container de 30 m³ de capacidade para recolhimento, transporte e destinação final legalmente adequada de entulhos (móveis domésticos, roupas, calçados e rejeitos) . O container ficará instalado na Área de	12	Mensal	R\$4.500,00	R\$54.000,00

	Transbordo e Triagem – ATT, localizada à 3 km da cidade de Mariópolis.				
04	Disponibilização de 2 Containers de 30 m³ de capacidade para recolhimento, transporte e destinação final legalmente adequada de resíduos recicláveis, orgânicos e rejeitos para a Festa da Uva do Município . Os containers deverão ser disponibilizados nos três dias do evento com datas previstas entre final do mês de janeiro e início de fevereiro de cada ano.	1	Anual	RS8.000,00	RS8.000,00
VALOR TOTAL:					1.262.000,00

**WILLIAN
MARIANI**
REPRESENTANTE COMERCIAL

Digitally signed by
WILLIAN MARIANI
Date: 2026.02.05
14:07:33 -03'00'

Nome da empresa: Cetric S.A.
Número do CNPJ: 04.647.090/0001-68
Endereço: Acesso Ângelo Baldissera CH 20, S/N, KM 05, Linha Agua Amarela, no município de Chapecó – SC
E-mail: willian@cetric.com.br
Fone: 49 3905-3100 / 49 98905-5690

6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Estimativa dos valores unitários e globais da contratação, com base em pesquisa de mercado nas empresas do ramo de gestão de resíduos sólidos, a fim de realizar o levantamento do eventual gasto com a solução escolhida (de modo avaliar a viabilidade econômica da opção) é o seguinte: Dentre as soluções analisadas, as que melhores atenderam as exigências e com melhores valores de orçamentos, considerando valores anuais, são: **Solução 1:** Item 1 = R\$ 616.977,84, **Solução 2:** Item 2 = R\$ 115.440,00;

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução definida para atender a presente demanda é realizar a contratação dos serviços; de coleta, transporte e destinação final por uma única empresa, para cada Item (resíduos orgânicos e recicláveis). Ou seja, pode haver duas empresas vencedoras para os dois Itens, no entanto cada uma será responsável pelos três serviços (coleta, transporte e destinação final).

As empresas que não possuem estação de transbordo, centro de triagem e aterros sanitários próprios para destinação final dos resíduos, poderão terceirizar estes serviços, no entanto isso não isentará a empresa contratante das suas responsabilidades.

Por se tratar de contratação terceirizada, sendo realizada totalmente por funcionários e com equipamentos da empresa, não será necessária exigência quanto a manutenção e assistência técnica.

As coletas deverão ser realizadas conforme definições pré-estabelecidas pelo Departamento Municipal de Agricultura e Meio Ambiente conforme segue:

- Os funcionários deverão usar EPIs apropriados para a atividade desempenhada;
- Deverão ser disponibilizados no mínimo três coletores por caminhão, além do condutor;
- A empresa deverá dispor de caminhão com capacidade para coletar os resíduos em toda a área urbana no mesmo dia;
- Os resíduos coletados deverão ter sua destinação final ambientalmente adequada conforme sua classificação e o que determina a Lei 12.305/2010. Os resíduos orgânicos e rejeitos devem ser dispostos em aterros sanitários e os recicláveis destinados à empresas recicladoras;
- A empresa deverá possuir todas as licenças, atualizadas, ambientais e sanitárias necessárias para o desempenho das atividades propostas.

8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Conforme estudos e levantamentos da realidade do Município de Mariópolis, a contratação separada dos serviços para gestão dos resíduos da coleta seletiva e orgânicos é mais adequada, pois favorece a participação de empresas e cooperativas que trabalham somente com resíduos recicláveis.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A coleta e destinação adequada dos resíduos sólidos urbanos é condição indispensável para garantir um ambiente saudável aos munícipes.

Dentre os muitos benefícios que podemos citar pela correta gestão dos resíduos sólidos urbanos, estão: a diminuição da poluição ambiental, das situações de alagamentos e inundações, dos custos com limpeza urbana, do risco de endemias e o aumento da vida útil de aterros sanitários e da autoestima da população bem como do potencial turístico.

Pretende-se, com a contratação, atingir os objetivos almejados, tais como:

- Gestão eficiente dos resíduos sólidos gerados no Município;
- Atendimento à todas a residências urbanas e pontos comerciais;
- Economia e qualidade nos serviços prestados;

10 – IMPACTOS AMBIENTAIS

O impacto ambiental será positivo se a gestão dos resíduos sólidos ser realizada seguindo as diretrizes e técnicas determinadas nas legislações e estudos ambientais sobre resíduos sólidos.

11 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Conforme as pesquisas de mercado, orçamentos recebidos e análise dos mesmos, conclui-se que é viável realizar a contratação pois contempla a viabilidade técnica, operacional e orçamentária, assim como a adequação à necessidade identificada na demanda de contratação.

12 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1000 – Departamento de Agricultura e Meio Ambiente

1002 – Divisão de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

1231 – Prestação de Serviços de Coleta de Resíduos Sólidos.

13 - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

Com base nas informações levantadas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela contratação através de processo licitatório.

ANEXO V – PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

Orientações para preenchimento:					
1. Esta planilha é somente um modelo-base, devendo ser adaptada para cada caso concreto.					
Qualquer custo previsto no edital e não contemplado nesta planilha deverá ser devidamente incluído.					
2. Antes de preenchê-la, leia a Orientação Técnica - Serviço de coleta de resíduos sólidos domiciliares					
3. Preencher somente células em amarelo					
4. As células azuis deverão ter seus valores preenchidos em outra planilha do arquivo.					
O TCE/PR não se responsabiliza pelo uso incorreto desta planilha.					
O orçamento deve ser realizado por responsável técnico habilitado e é de responsabilidade do seu autor.					
1. Coleta de Resíduos Sólidos					
Planilha de Composição de Custos					
Orçamento Sintético					
Descrição do Item				Custo (R\$/mês)	%
1. Mão-de-obra				#VALOR!	0,00%
1.1. Coletor Turno Dia				#VALOR!	0,00%
1.2. Coletor Turno Noite não irá ocorrer				#VALOR!	0,00%
1.3. Motorista Turno do Dia				#DIV/0!	0,00%
1.4. Motorista Turno Noite não irá ocorrer				#VALOR!	0,00%
1.5. Vale Transporte				R\$ 0,00	0,00%
1.6. Vale-refeição (diário)				R\$ 0,00	0,00%
1.7. Auxílio Alimentação (mensal)				#VALOR!	0,00%
2. Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual				#VALOR!	0,00%
3. Veículos e Equipamentos				#VALOR!	0,00%
3.1. Veículo Coletor Compactador 17 m³				#VALOR!	0,00%
3.1.1. Depreciação				#VALOR!	0,00%
3.1.2. Remuneração do Capital				#VALOR!	0,00%
3.1.3. Impostos e Seguros				#VALOR!	0,00%
3.1.4. Consumos				R\$ 0,00	0,00%
3.1.5. Manutenção				R\$ 0,00	0,00%
3.1.6. Pneus				R\$ 0,00	0,00%
4. Ferramentas e Materiais de Consumo				R\$ 0,00	0,00%
5. Monitoramento da Frota				#VALOR!	0,00%
6. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI				#VALOR!	0,00%
PREÇO TOTAL MENSAL COM A COLETA				#VALOR!	0%

Quantitativos					
Mão-de-obra				Quantidade	
1.1. Coletor Turno Dia				0	
1.2. Coletor Turno Noite não irá ocorrer				0	
1.3. Motorista Turno do Dia				0	
1.4. Motorista Turno Noite não irá ocorrer				0	
Total de mão-de-obra (postos de trabalho)				0	
Veículos e Equipamentos				Quantidade	
3.1. Veículo Coletor Compactador 17 m³				1	
Fator de utilização (FU)	%				
1. Mão-de-obra					
1.1. Coletor Turno Dia					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria	mês	1		-	
Horas Extras (100%)	hora		-	-	
Horas Extras (50%)	hora		-	-	
Adicional de Insalubridade	%		-	-	
Soma				-	
Encargos Sociais	%		-	-	
Total por Coletor				-	
Total do Efetivo	homem		-	-	
			Fator de utilização	%	#VALOR!
1.2. Coletor Turno Noite não irá ocorrer					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria	mês	1	-	-	
Adicional Noturno	horas trabalhadas	0,00			
	hora contabilizada	0,00	-	-	
Adicional de Insalubridade	%	0	-	-	
Soma				-	

Encargos Sociais	%	-	-	-	
Total por Coletor				-	
Total do Efetivo	homem	0	-	-	
			Fator de utilização	%	#VALOR!
1.3. Motorista Turno do Dia					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria (2)	mês	1	-	-	
Salário mínimo nacional (1)	mês	1	-		
Horas Extras (100%)	hora	0,00	-	-	
Horas Extras (50%)	hora	0,00	-	-	
Base de cálculo da Insalubridade		1			
Adicional de Insalubridade	%	0	#DIV/0!	#DIV/0!	
Soma				#DIV/0!	
Encargos Sociais	%	-	#DIV/0!	#DIV/0!	
Total por Motorista				#DIV/0!	
Total do Efetivo	homem	0	#DIV/0!	#DIV/0!	
			Fator de utilização	%	#DIV/0!
1.4. Motorista Turno Noite não irá ocorrer					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria (2)	mês	1	-	-	
Salário mínimo nacional (1)	mês	1	-		
Adicional Noturno	horas trabalhadas	0,00			
	hora contabilizada	-	-	-	
Base de cálculo da Insalubridade		0			
Adicional de Insalubridade	%	-	-	-	
Soma				-	
Encargos Sociais	%	70,60	-	-	
Total por Motorista				-	
Total do Efetivo	homem	0	-	-	
			Fator de utilização	%	#VALOR!
1.5. Vale Transporte					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Vale Transporte	R\$	1			
Dias Trabalhados por mês	dia	20			

Coletor	vale	-	-	-	
Motorista	vale	-	-	-	
					-
1.6. Vale-refeição (diário)					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Coletor	unidade	2	-	-	
Motorista	unidade	1	-	-	
					-
1.7. Auxílio Alimentação (mensal)					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Coletor	unidade	-	-	-	
Motorista	unidade	-	-	-	
			Fator de utilização	%	#VALOR!
Custo Mensal com Mão-de-obra (R\$/mês)					#VALOR!
2. Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual					
2.1. Uniformes e EPIs para Coletor					
Discriminação	Unidade	Durabilidade (meses)	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Jaqueta com reflexivo (NBR 15.292)	unidade	6	-	-	
Calça	unidade	6	-	-	
Camiseta	unidade	6	-	-	
Boné	unidade	6	-	-	
Botina de segurança c/ palmilha aço	par	6	-	-	
Meia de algodão com cano alto	par	6	-	-	
Capa de chuva amarela com reflexivo	unidade	6	-	-	
Colete reflexivo	unidade	6	-	-	
Luva de proteção	par	6	-	-	
Protetor solar FPS 30	frasco 120g	3	-	-	
Higienização de uniformes e EPIs	R\$ mensal	1	-	-	
Total do Efetivo	homem	0	-	-	

			Fator de utilização	%	#VALOR!
2.2. Uniformes e EPIs para demais categorias					
Discriminação	Unidade	Durabilidade (meses)	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Jaqueta com reflexivo (NBR 15.292)	unidade	6	-	-	
Calça	unidade	6	-	-	
Camiseta	unidade	6	-	-	
Botina de segurança c/ palmilha aço	par	6	-	-	
Capa de chuva amarela com reflexivo	unidade	6	-	-	
Protetor solar FPS 30	frasco 120g	3	-	-	
Higienização de uniformes e EPIs	R\$ mensal	1	-	-	
Total do Efetivo	homem	0	-	-	
			Fator de utilização	%	#VALOR!
Custo Mensal com Uniformes e EPIs (R\$/mês)					#VALOR!
3. Veículos e Equipamentos					
3.1. Veículo Coletor Compactador 17 m³					
3.1.1. Depreciação					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de aquisição do chassi	unidade	1	-	-	
Vida útil do chassi	anos	5			
Idade do veículo	anos	0			
Depreciação do chassi	%	-	-	-	
Depreciação mensal veículos coletores	mês	60	-	-	
Custo de aquisição do compactador	unidade	1	-	-	
Vida útil do compactador	anos	5			
Idade do compactador	anos	0			
Depreciação do compactador	%	-	-	-	
Depreciação mensal do compactador	mês	60	-	-	
Total por veículo				-	
Total da frota	unidade	1	-	-	
			Fator de utilização	%	#VALOR!

<u>3.1.2. Remuneração do Capital</u>					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo do chassis	unidade	1	-	-	
Taxa de juros anual nominal	%	0			
Valor do veículo proposto (V0)	R\$	-			
Investimento médio total do chassis	R\$	-			
Remuneração mensal de capital do chassis	R\$		-	-	
Custo do compactador	unidade	1	-	-	
Taxa de juros anual nominal	%	0			
Valor do compactador proposto (V0)	R\$	-			
Investimento médio total do compactador	R\$	-			
Remuneração mensal de capital do compactador	R\$		-	-	
Total por veículo				-	
Total da frota	unidade	1	-	-	
			Fator de utilização	%	#VALOR!
3.1.3. Impostos e Seguros					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
IPVA	unidade	1,00	-	-	
Licenciamento e Seguro obrigatório	unidade	1,00		-	
Seguro contra terceiros	unidade	1,00		-	
Impostos e seguros mensais	mês	12	-	-	
			Fator de utilização	%	#VALOR!
3.1.4. Consumos					
Quilometragem mensal	100				
Discriminação	Unidade	Consumo	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de óleo diesel / km rodado	km/l	0,00	-		
Custo mensal com óleo diesel	km	100	-	-	
Custo de óleo do motor /1.000 km rodados	l/1.000 km	0,00	-		
Custo mensal com óleo do motor	km	100	-	-	
Custo de óleo da transmissão /1.000 km	l/1.000 km	0,00	-		
Custo mensal com óleo da transmissão	km	100	-	-	
Custo de óleo hidráulico / 1.000 km	l/1.000 km	0,00	-		
Custo mensal com óleo hidráulico	km	100	-	-	
Custo de graxa /1.000 km rodados	kg/1.000 km	0,00	-		

Custo mensal com graxa	km	-	-	-	
Custo com consumos/km rodado	R\$/km rodado		-		
					-
3.1.5. Manutenção					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de manutenção dos caminhões	R\$/km rodado	100	-	-	
					-
3.1.6. Pneus					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo do jogo de pneus 275/80 R 22,5	unidade	0	-	-	
Número de recapagens por pneu	unidade	0			
Custo de recapagem	unidade	-	-	-	
Custo jg. compl. + 1 recap. /20.000 km rodado	km/jogo	0	-	-	
Custo mensal com pneus	km	-	-	-	
					-
Custo Mensal com Veículos e Equipamentos (R\$/mês)					#VALOR!
4. Ferramentas e Materiais de Consumo					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Recipiente térmico para água (5L)	unidade	1/6	-	-	
Pá de Concha	unidade	1/6	-	-	
Vassoura	unidade	1/3	-	-	
Publicidade (adesivos equipamentos)	cj	1/12	-	-	
Publicidade (adesivos veículos)	cj	1/12	-	-	
					-
Custo Mensal com Ferramentas e Materiais de Consumo (R\$/mês)					-
5. Monitoramento da Frota					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Implantação dos equipamentos de monitoramento	cj	1	-	-	
Custo mensal com implantação	mês	60	-	-	

Manutenção dos equipamentos de monitoramento	unidade	1	-	-	
Custo mensal com manutenção	mês	1	-	-	
			Fator de utilização	%	#VALOR!
Custo Mensal com Monitoramento da Frota (R\$/mês)					#VALOR!
CUSTO TOTAL MENSAL COM DESPESAS OPERACIONAIS (R\$/mês)					#VALOR!
6. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Benefícios e despesas indiretas	%	-	#VALOR!	#VALOR!	
					#VALOR!
CUSTO MENSAL COM BDI (R\$/mês)					#VALOR!
PREÇO MENSAL TOTAL (R\$/mês)					#VALOR!